



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023. (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer que seja autorizada pela Comissão de Educação a realização de “Seminários no Estado de São Paulo” para debater o Novo Ensino Médio.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requiero, ouvido o Plenário desta comissão, que seja autorizada a realização de “Seminários no Estado de São Paulo” para debater o Novo Ensino Médio.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) é amplamente combatida por entidades estudantis, sindicatos de professores, associações científicas e movimentos sociais. Critica-se, em primeiro lugar, o instrumento por meio do qual a proposta tramitou no Congresso Nacional: a Medida Provisória nº 746/2017, editada por Michel Temer, que se sobrepôs, autoritariamente, a um amplo e inclusivo processo de debate sobre o tema; em segundo, o momento de implementação da dita Reforma: em plena pandemia de Covid-19, com aulas presenciais suspensas na maior parte das escolas, o que inviabilizou o debate democrático, dificultou o controle social e aprofundou processos de precarização e privatização da educação pública.

Fora estes pontos, aponta-se – por exemplo – a insuficiência de recursos para a implementação do Ensino Médio em tempo integral; a fragmentação dos





conteúdos curriculares; a desregulamentação da profissão docente; a precarização da Educação de Jovens e Adultos e do ensino técnico (rebaixado à condição de “itinerário formativo”, e assim dissociado da formação geral básica); bem como o aprofundamento das desigualdades sociais e regionais.

Além do exposto, a vasta maioria das organizações e profissionais da Educação brasileiros vem denunciando, com grande preocupação, o fato de a dita reforma: 1) fragilizar o conceito de Ensino Médio como parte da Educação Básica, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); 2) ampliar a adoção do modelo de Ensino Médio em tempo integral sem assegurar investimentos suficientes para garantir condições de acesso e permanência dos estudantes, assim excluindo das escolas de jornada ampliada estudantes trabalhadores e aqueles de nível socioeconômico mais baixo, bem como estimulando o fechamento de classes do período noturno e da Educação de Jovens e Adultos – EJA; 3) aprofundar as desigualdades educacionais – e, por extensão, as desigualdades sociais –, ao instituir uma diversificação curricular por meio de itinerários formativos que privam estudantes do acesso a conhecimentos básicos necessários à sua formação; e 4) terceirizar partes da formação escolar para agentes exógenos ao sistema educacional, como institutos empresariais, organizações sociais e associações privadas.

Nesse contexto, visando promover debate focalizado sobre a situação do Novo Ensino Médio na capital e demais municípios paulistas, proponho a realização de Seminários para visualizar a situação da implementação no Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, de abril de 2023.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

